

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	VII
<i>Prefácio</i>	IX

1 FUNÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE — CONVI- VÊNCIA ENTRE INTERESSE PÚBLICO E PRIVADO

José Marcelo Martins Proença

1.1 Introdução	4	XI
1.2 Dificuldades de conceituação	6	
1.3 Breve histórico do interesse social nas sociedades	7	
1.4 A evolução dogmática e o dilema institucionalismo <i>versus</i> contratualismo no Brasil	9	
1.5 Uma teoria de caráter organizativo	12	
1.6. Conclusão.....	15	
<i>Referências</i>	17	

2 A OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

Ilene Patrícia de Noronha Najjarian e Newton De Lucca

2.1 Introdução	24
2.2 Conceito	25
2.3 Funções	27
2.4 Espécies	29

2.4.1. Da OPA obrigatória	30
2.4.2. Da OPA facultativa.....	31
2.5 Requisitos impostos pelo órgão regulador (CVM) para as OPAs	33
2.6 Limites de aplicação do art. 254-A e sua eficácia no contexto brasileiro	49
2.7. Considerações finais.....	52
2.8. Um breve histórico da Oferta Pública de Ações no caso Mittal Steel.....	54
<i>Referências</i>	68

3 A GOVERNANÇA CORPORATIVA E OS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Mario Engler Pinto Junior

3.1 A importância da governança corporativa	78
3.2 Origem da governança corporativa focalizada nas companhias com base acionária dispersa	81
3.3 Adaptação do modelo original de governança corporativa para aplicação às sociedades com acionista controlador definido	91
3.4 As nuances da governança corporativa.....	98
3.5. Os princípios basilares da governança corporativa.....	100
3.6. A acolhida da governança corporativa na lei brasileira das sociedades anônimas: estrutura e funcionamento dos órgãos de administração	105
3.7 Considerações finais.....	112
<i>Referências</i>	113

4 SINDICATOS DE VOTO

María del Pilar Galeote Muñoz

4.1 Delimitación conceptual: los sindicatos de voto	119
4.2 Naturaleza jurídica de los sindicatos de voto	124
4.3 Régimen jurídico más habitual de los sindicatos de voto.	128

4.4 Diferentes formas de configuración de un sindicato de voto	133
4.4.1 Entrega de la posesión de las acciones o participaciones sindicadas al síndico	133
4.4.2 La fiducia.....	134
4.4.3 Constitución de una sociedad <i>holding</i> como tenedora de las acciones.....	137
4.4.4 Derecho de copropiedad sobre las acciones	138
4.4.5 Usufructo sobre las acciones sindicadas.....	139
4.4.6 Derecho de prenda sobre las acciones sindicadas.	139
4.4.7 Sindicatos de bloqueo y derechos de acompañamiento.....	140
<i>Referências</i>	142

5 DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES ANÔNIMAS

Francisco Satiro de Souza Junior

5.1 Introdução	152
5.2 O conceito de dissolução societária	152
5.2.1 Dissolução em sentido estrito.....	156
5.2.2 Liquidação.....	158
5.2.3 Extinção	159
5.3 Hipóteses de dissolução de pleno direito	159
5.3.1 Término do prazo de duração (LS/A, art. 206, I, <i>a</i>)	160
5.3.2 Causa prevista no estatuto (LS/A, art. 206, I, <i>b</i>) ...	163
5.3.3 Por deliberação da Assembléia Geral (LS/A, art. 206, I, <i>c</i>)	164
5.3.4 Extinção da autorização para funcionamento.....	165
5.4 Hipóteses de dissolução judicial	167
5.4.1 Anulação judicial do ato de constituição (LS/A, art. 206, II, <i>a</i>)	168
5.4.2 Impossibilidade de preenchimento do fim social.	168
5.4.3 Decretação de falência da sociedade (LS/A, art. 206, II, <i>c</i>).....	171

5.5 Hipóteses de dissolução por decisão administrativa (LS/A, art. 206, III)	174
5.6 Dissolução parcial de S/A	174
5.7 Efeitos da dissolução	176
5.8 Extinção da companhia	179
<i>Referências</i>	180

6 POSSIBILIDADE DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO EM SOCIEDADES CONCORRENTES

Márcio Tadeu Guimarães Nunes e Felipe Demori Claudino

6.1 Introdução e análise do tema sob a égide do Decreto-Lei n. 2.627/40	188
6.2 A situação dos administradores na Lei n. 6.404/76	190
6.3 A reforma da Lei n. 6.404/76	192
6.4 Conclusão	207
<i>Referências</i>	208

7 NOTAS SOBRE REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

João Ricardo de Azevedo Ribeiro

7.1 Introdução	214
7.2 Conceito e cenários empresariais da reorganização societária	215
7.2.1 Crescimento das empresas	215
7.2.1.1 Aquisição de ativos com pagamento em dinheiro	217
7.2.1.1(a) Cisão parcial com criação de nova sociedade	217
7.2.1.1(b) <i>Drop down</i>	217
7.2.1.2 Aquisição de ativos com pagamento em ações	218
7.2.1.2(a) Incorporação	218

7.2.1.2(b) Cisão parcial com incorporação.....	219
7.2.1.2(c) Incorporação de ações.....	219
7.2.1.3 Devolução de capitais e retirada amigável de sócios.....	220
7.2.1.4 Eficiência administrativa – reorganizações internas.....	221
7.2.2 Alienação do controle societário	221
7.2.3 IPO	222
7.3 Dispositivos legais específicos	223
7.3.1 Transformação	223
7.3.2 Cisão	224
7.3.3 Incorporação de companhia.....	227
7.3.4 Incorporação de ações	229
7.3.5 Aumento de capital social de controlada em bens e direitos — <i>drop down</i>	230
7.3.6 Redução de capital	231
7.4 Normas de conduta	233
7.4.1 Acionista controlador.....	234
7.4.2 Administradores.....	235
7.4.3 Companhias abertas	236
7.4.3.1 Incorporação, fusão e cisão envolvendo companhias abertas	236
7.4.3.2 Abuso de poder nas reorganizações societárias envolvendo companhias abertas	238
7.4.3.3 Impedimentos de voto: benefício particular e conflito de interesses.....	240
7.4.3.4 Decisões do Colegiado da CVM: validade de atos isolados em reorganizações societárias e legalidade das decisões dos administradores	242
7.5 Conclusão	243
Referências	244

8 JOINT VENTURES E CAPITAL ESTRANGEIRO*Maria Eugênia Reis Finkelstein*

8.1 Introdução	248
8.2 O capital estrangeiro – análise histórica	250
8.3 O capital estrangeiro – análise de investimento	255
8.4 <i>Joint ventures</i>	257
8.4.1 Vantagens.....	259
8.4.2 Desvantagens	260
8.5 O contrato de <i>joint venture</i>	262
8.6 Exercício do poder de controle em <i>joint ventures</i>	265
8.7 Conclusão.....	267
<i>Referências</i>	268